TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº:	267414/24
ASSUNTO:	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ENTIDADE:	USINA DE ENERGIA EOLICA GUAJIRU S/A.
INTERESSADO:	CARLOS FREDERICO PONTUAL MORAES, ILMAR DA SILVA MOREIRA, MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ, MOACIR CARLOS BERTOL, THADEU CARNEIRO DA SILVA, USINA DE ENERGIA EOLICA GUAJIRU S/A.
ADVOGADO / PROCURADOR	ADRIANA DE PAULA BARATTO, ADRIANA NOGUEIRA BARBOSA, ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO, ALDEBARAN ROCHA FARIA NETO, ALESSANDRA MARA SILVEIRA CORADASSI, ALESSANDRA VIEIRA DE ALBUQUERQUE MARANHAO, ANA PAULA VONSOWSKI DA COSTA BISPO, ANDREA PATRICIA CEZARIO, ANGELA BEATRIZ ALCAIDE, ARIANE APARECIDA AMARAL BEDIN, BRUNO FELIPE LECK, BRUNO HENRIQUE DE ALMEIDA ALVES, CHRISSIE DESIREE LOPES DA SILVA HIGINO, CLAUDIA CECILIA CAMACHO ROJAS, CRISTINA KAKAWA, DAIANE MEDINO WOTKOSKI, DANIELLE SIMÃO, DENISE SCOPARO PENITENTE, ERICK CARDOSO HASSELMANN MOTTER, EVERTON LUIZ SZYCHTA, FABIOLA MACHADO MARQUES, FABIOLA MARTINI SIBUT, FABRICIO FABIANI PEREIRA, FELIPE SANTOS RIBAS, FERNANDA CARLA HENRIQUE BUSETTI, GISELE DAIANA MACIEL, GUILHERME MAXIMIANO, HELIO EDUARDO RICHTER, HULIANOR DE LAI, JEFFERSON BRUNO PEREIRA, JEFFERSON CAMILO DE SIQUEIRA, JOÃO VICTOR DIAS FONTANA, JORDANO LYON DELLA PASQUA DA SILVA, JOSÉ MANOEL DOS SANTOS, JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR, JULIANA PERELLES, KARLA PATRICIA POLLI DE SOUZA, KARLLA MARIA MARTINI, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA, LUIS ADOLFO KUTAX, LUIS FERNANDO SANT ANNA PINTO, LUIZ CARLOS PROENÇA, MARA ANGELITA NESTOR FERREIRA, MARCO ANTONIO DE LUNA, MARLON ROCHA, MAURICIO DA SILVA MARTINS, MICHELE SUCKOW LOSS, NATALLY SOSSAI REYS, NAYANE GUASTALA, PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, PAULO SÉRGIO SENA, REGILDA MIRANDA HEIL FERRO, REJANE MARA SAMPAIO D´ALMEIDA, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, RENATA MARACCINI FRANCO, ROBERLEI ALDO QUEIROZ, RONALDO BOSCO SOARES, RONALDO JOSÉ E SILVA, SERGIO GOMES, SERGIO LOPES MASSEDO, SILVIA ASSUNÇÃO DAVET LOCATELLI, SILVIO RUBENS MEIRA PRADO, SIVONEI MAURO HASS, SONIA MARIA PIMENTEL LOBO, TALITA COSTA REBELLO BARBOSA, TENDY FILOMENA NALESSO SANTOS, THAIS MARQUES CAVALCANTI DE BRITO, THAIS YUMI ASSAKURA, THALITA FERREIRA DRAGO, WALTER GUANDALINI JUNIOR,

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFD.M7XH

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

WELLINGTON LINCOLN SECO

RELATOR: CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI

ACÓRDÃO Nº 3842/24 - Tribunal Pleno

Embargos de declaração. Usina de Energia Eólica Guajiru S/A.. Prestação de contas exercício 2019. Alegação de omissão. Ineficácia da Determinação do Acórdão nº 774/24. Matéria objeto de Prejulgado. **Pelo Sobrestamento até decisão final do Prejulgado nº 48810-0/24.**

1. RELATÓRIO DO CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI (Relator)

Cuida-se de embargos de declaração opostos pela Empresa Usina de Energia Eólica Guajiru S/A., subsidiária da Holding Copel, em face do Acórdão 774/24-STP que julgou a prestação de contas, da ora embargante, regular com expedição de Determinação, referente ao exercício de 2019, nos seguintes termos:

> "I - JULGAR REGULAR a prestação de contas apresentada pela Empresa Usina de Energia Eólica Guajiru S.A., referente ao exercício financeiro de 2019;
>
> II - **determinar ao ente para "Que os controles internos avaliativos específicos da empresa USINA DE ENERGIA EÓLICA GUAJIRU S.A. sejam, periodicamente, revisados e atualizados de acordo com as características e especificidades da empresa**";". (destacamos)

Nas razões dos aclaratórios, sustenta a embargante que o aresto impugnado foi omisso no tocante a análise da manifestação expendida na Instrução 76/23-4ICE, ao ponderar a respeito da pertinência da expedição de Determinação, nos termos abaixo:

> "Quanto à determinação, sugere-se a avaliação de sua pertinência, em função do recente processo de desestatização da Copel." (destacamos)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFD.M7XH

Aduz que “em data de 10 de agosto de 2023 a Companhia Paranaense de Energia – COPEL foi alienada por meio de oferta pública de ações ordinárias e/ou unidades de certificados de depósito de ações (units), conforme previsto no artigo 2º da Lei Estadual nº 21.272/2022”.

Ainda, argumenta que “em virtude da ora recorrente ser uma subsidiária da Companhia Paranaense de Energia-COPEL e partido da premissa elencada pela unidade técnica, é oportuno considerar a perda do objeto frente a presente privatização de forma que eventuais determinações sejam afastadas.”

Requerendo, ao final, o acolhimento dos embargos de declaração, a fim de que seja sanada a omissão apontada.

É o relatório

2. FUNDAMENTAÇÃO DO CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI

Com o advento **da Lei Estadual nº 21.272/2022,** que autorizou a transformação da Companhia Paranaense de Energia – COPEL em Corporação, por meio da alienação parcial das ações, sem acionista controlador, a COPEL perdeu **a característica de empresa de economista mista da Administração Estadual Indireta, passando a ter natureza jurídica de empresa de direito privado, outrora, de natureza jurídica de direito público.**

Contudo, restam dúvidas se persiste a competência fiscalizatória deste Tribunal de Contas, imperando o exercício do controle externo sobre a Empresa, haja vista o Estado do Paraná ser possuidor de 27,6% (vinte e sete vírgula seis por cento) das ações da COPEL.

Nesse sentido, por provocação do DD. Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares foi **instaurado prejulgado, processo n° 48810-0/24**, sob a relatoria do douto Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, com o objetivo de estabelecer “a forma como deve se dar o exercício do controle externo desta Corte de Contas” em relação à Companhia Paranaense de Energia – COPEL, após sua desestatização, devendo abordar, dentre outras questões, as suscitadas pelo Conselheiro propositor no requerimento de abertura do procedimento, infra.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFD.M7XH

> “1. Deverá a entidade continuar prestando contas anuais?
>
> 2. Deverá o Tribunal continuar acompanhando o atendimento às recomendações e determinações exaradas antes da transformação?
>
> 3. Deverá o Tribunal continuar com o acompanhamento da execução das sanções de multa e de devolução de valores resultante de decisões anteriores à transformação?
>
> 4. Em relação aos processos ainda em tramitação e julgamento, poderão ser aplicadas as sanções do art. 85 da Lei Complementar n° 113/05, em especial, as de multa e restituição de valores?
>
> 5. Em caso de resposta positiva à questão anterior:
>
> a. Quem seria o beneficiário dos recursos?
>
> b. A restituição de valores deveria ficar limitada à participação societária do Estado do Paraná antes da transformação?
>
> 6. De que forma deverá se dar o acompanhamento do Tribunal em relação às atividades da entidade, levando-se em contas, inclusive, as recomendações impostas ao Estado do Paraná, no Acórdão n° 3789/23, do Tribunal Pleno”.

O elenco de respostas resultantes do prejulgado norteará os votos dos Conselheiros desta Corte, propiciando maior segurança jurídica aos jurisdicionados, uma vez que as decisões serão adotadas de forma uniformes, afastando qualquer risco de decisões divergentes acerca da mesma matéria.

Pelo expendido supra, **até decisão do prejulgado em apreço, é de bom alvitre o sobrestamento dos processos** que versam sobre prestação de contas de extinção das jurisdicionadas integrantes da Holding COPEL e processos cujo tema é correlato à desoneração do cumprimento de sanções impostas em virtude da desestatização da Empresa.

A utilização do instituto do sobrestamento processual é medida que se faz necessária, pois a matéria está carente das elucidações a serem dirimidas

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFD.M7XH

pelo prejulgado, sendo procedimento adotado de forma recorrente pelo TCEPR, *v.g., in verbis*:

> ACÓRDÃO Nº 2629/24-TCEPR - Primeira Câmara Embargos de Declaração. Revisão de Proventos. Inclusão de adicional por tempo de serviço, objeto de Prejulgado instaurado. Sobrestamento. Conhecimento e acolhimento parcial. I – Conhecer os presentes Embargos de Declaração, e, no mérito, julgar parcialmente procedente, com efeitos infringentes, **para o fim de determinar o sobrestamento do presente processo, até a decisão final no Prejulgado nº 247111/24;**

3. VOTO DO CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI (Vencedor)

Pelo exposto, nos termos expendidos acima, determina-se o **SOBRESTAMENTO** do presente processo **até decisão final do Prejulgado nº 48810-0/24,** conforme dispõe o Art. 351 c/c Art. 427-B[1] do RI-TCEPR.

Com o trânsito em julgado da presente decisão encaminhe-se os autos à Coordenadoria de Gestão Estadual para o devido trâmite.

4. VOTO DIVERGENTE DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO (Vencido)

Com a máxima vênia aos bem lançados fundamentos do voto condutor, **divirjo** da conclusão atingida pelo Conselheiro Augustinho Zucchi no que tange à "*supressão da Determinação expedida à embargante*" (fl. 3 da Proposta de Voto n.º 207/24 - GCAZ), para "*Que os controles internos avaliativos específicos da empresa USINA DE ENERGIA EÓLICA GUAJIRU S.A. sejam, periodicamente, revisados e atualizados de acordo com as características e especificidades da empresa*" (fl. 5, peça 79).

Em que pese a privatização e a exclusão do grupo COPEL do rol de jurisdicionados pela Portaria n.º 131/24, tornando-a uma empresa de natureza jurídica de direito privado, discordo das análises técnicas que afirmam que as

[1] Art. 427 - B. O Tribunal Pleno poderá determinar às unidades técnicas o sobrestamento dos processos e requerimentos relativos a incidente de inconstitucionalidade, prejulgado, súmula e uniformização de jurisprudência, nos casos em que a análise do objeto do processo ou requerimento depender da verificação do fato objeto do processo-paradigma.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFD.M7XH

referidas empresas não estariam mais sujeitas às normas aplicáveis à Administração Pública, o que retiraria a competência deste Tribunal de Contas para sustentar a determinação imposta pelo Acórdão n.º 774/24 - Tribunal Pleno[2] (peça 79).

É de se destacar que mesmo após a privatização ocorrida, o Estado do Paraná ainda detém **27,6%** (vinte e sete vírgula seis por cento) das ações da COPEL, permanecendo como **acionista majoritário** naquela relação jurídica. Nesse sentido, entendo que é possível o Estado controlar a empresa mesmo possuindo menos da metade do capital votante, quando as ações estão dispersas no mercado de capitais e nenhum outro acionista — além dele próprio (Estado) — possui votos suficientes para aprovar matérias na assembleia geral ou eleger a maioria dos conselheiros de administração, conforme o artigo 141 da Lei Federal n.º 6.404/1976.

O aludido modelo assegura que o Estado do Paraná mantenha o controle da companhia, promovendo uma gestão voltada para o interesse público, como a proteção dos cidadãos e o fornecimento de energia elétrica. Na época da privatização, a divulgação ressaltou que o controle acionário continuaria com o Poder Público, garantindo à sociedade a preservação desse patrimônio estadual e o fornecimento de energia elétrica, essencial para a vida humana. Por conseguinte, qualquer interpretação contrária desvia a finalidade original proposta na operação acionária e caracteriza uma privatização anômala.

E a razão para isso é que, segundo a Lei Federal n.º 6.404/76, a sociedade de economia mista requer um controle acionário estatal incondicional que oriente as atividades sociais para cumprir o objetivo público que justificou a sua criação. Limitar esse controle — incluindo concessões que reduzam a capacidade do Estado — desconfigura a sociedade de economia mista e constitui uma forma anômala de privatização.

Ainda que o acionista majoritário deva proteger os interesses dos minoritários, buscando a maior rentabilidade possível, o Estado tem a obrigação de garantir o equilíbrio entre essa função e o atendimento ao cidadão, não podendo haver ampla discricionariedade típica do mercado privado. A designação do gestor da companhia pelo Estado do Paraná (acionista majoritário) implica na

[2] Prestação de Contas de Anual n.º 277261/20.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFD.M7XH

administração de um patrimônio parcialmente público com fins de interesse social, conforme prevê o art. 71, II, da Constituição Federal[3], eis que estabelece a competência do Tribunal de Contas para julgar as contas dos administradores responsáveis por recursos públicos, inclusive em sociedades mantidas pelo Poder Público. E essa competência jurisdicional deve ser exercida em harmonia interpretativa com o estabelecido no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal:

> Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
>
> Parágrafo único. **Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária**.

O texto constitucional é claro e, por simetria, ratifica a competência deste Tribunal de Contas para fiscalizar e o dever do Estado do Paraná de prestar contas, a fim de se resguardar o interesse público e aferir a extensão da responsabilidade do gestor ou administrador cuja conduta resulte em danos ao erário. Conforme destaca o ilustre ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, no Acórdão n.º 1134/2023 - Plenário[4] que analisou a possibilidade de instaurar processos de tomada de contas especial em vista do superveniente processo de desestatização da ELETROBRAS e fixou o entendimento de que pode haver punição de gestores em face de atos de gestão ruinosa, "***há de existir*** *uma* ***relação jurídica de tutela patrimonial***", assim como também "***Deve haver*** *uma* ***obrigação de prestar contas****.*". Segundo exposto, "***os administradores da***

[3] **Art. 71.** O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: (...)
II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

[4] Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2585875. Acesso em 12/07/2024.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFD.M7XH

Eletrobras com poderes societários advindos da parcela de ações detidas pela União, ou os representantes da União da assembleia-geral, ou, ainda, aqueles que tenham o poder de indicar os interesses da União a serem levados em assembleia-geral podem ser sancionados pelo TCU*, com base nos arts. 58 ou 60 da Lei 8.443/1992,* ***em face de condutas omissivas ou comissivas irregulares praticadas em revelia aos seus deveres fiduciários*** *estabelecidos na Lei 6.404/1976,* ***redundando em ato de gestão ruinosa ou de liberalidade às custas da companhia, podendo, ainda, no caso de atos praticados anteriormente à privatização da empresa, terem suas contas julgadas irregulares***.". (destaquei)

Saliento que a operação acionária não retirou do Poder Público a administração da companhia, mantendo o risco de prejuízos aos cofres públicos, o que justifica a competência de fiscalização desta Casa de Contas. Desse modo, a significativa participação do Estado do Paraná na COPEL, mesmo após a privatização parcial, justifica a manutenção da determinação para que os controles internos avaliativos específicos da Embargante sejam, periodicamente, revisados e atualizados de acordo com as características e especificidades da empresa.

Pondero que os valores deverão ser **proporcionalmente** ressarcidos na exata medida do capital público detido pelo Estado do Paraná após a privatização da Companhia Paranaense de Energia: 27,6% (vinte e sete vírgula seis por cento). Isso porque, uma vez que a gestão atual pertence ao Governo estadual, tenho que o dever de proteção ao erário público e a responsabilidade pelo cumprimento das decisões desta Corte devem ser mantidas, uma vez que as sanções impostas pelo *decisum* visam reestabelecer a lesão infligida aos cofres do acionista majoritário da Companhia Paranaense de Energia: o Estado do Paraná.

Portanto, não se constatando omissão na decisão embargada, os embargos de declaração **não merecem provimento**.

Ante o exposto, **VOTO** pelo **CONHECIMENTO** e, no mérito, pelo **NÃO PROVIMENTO** dos Embargos de Declaração opostos, mantendo-se hígida, em seus precisos termos, a decisão embargada, consubstanciada no Acórdão n.º 774/24 - Tribunal Pleno desta Corte de Contas.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFD.M7XH

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por maioria absoluta, em:

Determinar o **SOBRESTAMENTO** do presente processo **até decisão final do Prejulgado nº 48810-0/24,** conforme dispõe o Art. 351 c/c Art. 427-B do RI-TCEPR.

Com o trânsito em julgado da presente decisão encaminhar os autos à Coordenadoria de Gestão Estadual para o devido trâmite.

Votaram, acompanhando o Relator, Conselheiro Augustinho Zucchi, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.

O Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO (vencido), votou pelo conhecimento e não provimento.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 7 de novembro de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 21.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFD.M7XH